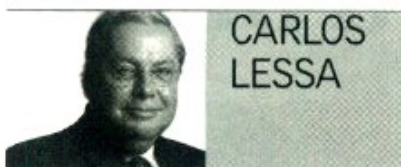


A inflação e a má distribuição de renda



CARLOS LESSA

Li com atenção, na semana passada, o diálogo do presidente Henrique Meirelles com Wall Street. Segundo o jornalista Alex Ribeiro, a pergunta recorrente foi “porque o mercado financeiro doméstico anda tão nervoso com câmbio e juros?”.

Aparentemente, a delegação do Banco Central viajou para garantir a imagem de um processo sucessório bem tranquilo. Certamente, a presença de Henrique Meirelles e sua palavra quanto ao processo sucessório foi absolutamente tranquilizadora. Afinal de contas, há pouco tempo, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou que o dólar brasileiro deveria ficar a R\$ 2,70. Segundo o ministro, com essa cotação o Brasil seria industrialmente competitivo com a China e com a Índia. Como nada aconteceu no mercado de câmbio, a dedução nossa e de Wall Street é que o presidente Meirelles tem controle total e completo sobre os juros e o dólar e sua presença em New York reitera a total confiança de Wall Street. Tanto é assim que banqueiros americanos afirmaram que decisões imediatas do BC sobre câmbio e juros já não afetam mais as decisões de investimentos estrangeiros no Brasil. A presença do presidente Meirelles foi a garantia de que “tudo continua como antes no Quartel de

Abrantes” ou, como os ingleses em Gibraltar, o presidente Meirelles é inamovível.

A provável futura elevação de juros e a projeção do BC de cobrir, em 2010, o déficit de transações correntes de US\$ 40 bilhões com o ingresso de US\$ 45 bilhões em investimentos estrangeiros diretos (IED) permite ao especulador mais cauteloso afirmar que é bom aplicar no Brasil, obter os juros reais mais elevados do planeta e, eventualmente, ter em dólar um ganho “surreal” se o real se valorizar.

O Brasil continua indexado. Os preços administrados — notadamente as tarifas de serviços públicos e a pauta de energia elétrica — têm caminhado por cima da inflação. Os preços administrados no IPCA são cerca de 33% do índice, ou seja, como disse A. Modenesi, do IPEA, a taxa primária de juros (Selic) tem que ser maior para uma dada meta de inflação.

A persistência da inflação brasileira é inquestionável. Durante a crise de 2009, o mundo inteiro entrou em deflação e o Brasil preservou os seus 4,5% de alta de preços. A inflação brasileira não é residual somente; é resistente. Permite aos preços indexados serem cada vez mais relativamente elevados (hoje o Brasil pratica uma das mais elevadas taxas de energia elétrica residencial do mundo, apesar de ser um paraíso hidrelétrico e, antes da privatização, ter uma das mais baixas do planeta); permite ao BC, em nome de uma taxa de juros de equilíbrio, praticar a mais elevada taxa de juros do planeta; facilita aos bancos preservar o spread ultra elevado e balanços deslumbrantes. O Brasil, com indicadores absolutamente medíocres, viu o

lucro de seus bancos crescer 8% em 2009.

Na perspectiva dos que ganham com os juros altos, a inflação resistente é o argumento perfeito para optar por um crescimento econômico rastejante e medíocre. De 2003 a 2008, entre os países da América Latina, o crescimento do PIB brasileiro somente superou a Guatemala, Nicarágua, El Salvador e México. Perdemos para a Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia.

Nem crescimento, nem estabilidade. O presidente Meirelles já deu seu recado para Wall Street: fiquem tranquilos pois o festival brasileiro continuará recebendo, da melhor forma possível, os capitais especulativos ciganos.

O longo e tradicional processo inflacionário brasileiro, desde sua reativação após o Golpe Militar de 1964 (a partir de 1968, a taxa inflacionária foi restabelecida) expressa uma correlação de forças em que os donos do poder sempre conseguiram manter seus preços reajustados à frente dos salários. A inflação depreda o capital sob forma monetária e financeira: favorece o devedor em relação ao credor. No Brasil, os donos do poder obtiveram a indexação patrimonial-financeira e, a partir da tesouraria dos bancos comerciais, puderam converter sua caixa em “poupança” financeira, defendida da inflação. Foi criada no Brasil, entre fins dos anos 60 e início dos 70, uma defesa patrimonial perfeita e circularam dois dinheiros: um no bolso das pessoas físicas, que se desvalorizava dia a dia e outro no caixa das empresas, sob a forma de aplicação de curtíssimo prazo no mercado monetário defendido da inflação. Na corrida de preços e salários, sem-

pre era possível reajustar preços preventivamente para reposição de estoques. Obviamente, os salários vinham sempre atrás e, por mais que os negociadores sindicais tentassem encurtar prazos e fórmulas de reajustes, era possível acelerar antecipadamente a correção dos preços. Na corrida, o salário sempre vem depois dos preços e, com a indexação financeira, nenhum cavalo quebra suas pernas devido a perda patrimonial. Os donos do poder aceitavam a aceleração inflacionária e apenas resmungavam quando algum governo pretendia controlar preços. O setor público controlava os preços das estatais, que perdiam posição. A leitura ideológica neoliberal condenava o controle de preços, considerava as estatais ineficientes e estigmatizava o déficit público como o responsável pela persistente inflação.

Com indicadores absolutamente medíocres, o país viu o lucro de seus bancos crescer 8% em 2009, em balanços deslumbrantes

Sabemos que a Década Perdida assistiu diversos ensaios de estabilização, inclusive o Plano Cruzado, que desindexou radicalmente. Na ausência de sustentação política, e como um canto de cisne do sonho do progresso econômico e social, a hiperinflação foi utilizada para esterilizar a Constituição de 1988 e abrir caminho para sua desconstrução pelo ideário neoliberal. O Plano Real fez uma desindexação orques-

trada, porém preservou a defesa patrimonial. Após variadas tentativas, foi adotado o modelo de Metas de Inflação, que converte o Banco Central no administrador de dois preços-chave: juros e câmbio. O sistema financeiro nacional — banco e mercado de capitais — percebeu na taxa de inflação residual um poderoso aliado para justificar a taxa real de juros elevada. O Banco Central articula juros com câmbio, e a combinação de juros elevados com real valorizado é “ouro” sobre azul para o tecido especulativo. Como suprema perversidade, os fundos da previdência complementar têm sua rentabilidade atrelada aos juros altos.

Nesse cenário, quem perde são os brasileiros que não têm carteira assinada e os filhos das famílias já integradas que esbarram em um mercado de trabalho fechado e com poucos empregos de qualidade. O Brasil se converte em exportador de mão de obra, frustra as esperanças da juventude e possibilita o discurso de que “tudo está bem e será melhor no próximo ano”. O país é imbuído de que é ótimo ser o 14º colocado em crescimento na América do Sul — média inferior à da África — e praticar a 31ª pior colocação em 31 países que avaliaram comparativamente a educação básica. O presidente Meirelles garante esse resultado. Wall Street pode ficar tranquila: os bancos e mercado de capitais brasileiros estão elaborando o Plano Ômega para melhorar seu desempenho.

Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa é professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da UFRJ. Foi presidente do BNDES; escreve mensalmente às quartas-feiras.

ANÁLISE-CPFL e Cemig apontam para consolidação com apoio estatal

(Carolina Marcondes)

SÃO PAULO (Reuters) - O setor brasileiro de energia elétrica, ainda pulverizado se comparado a outros países, caminha para um cenário de poucos grupos dominantes e forte apoio estatal.

A possibilidade de que a CPFL Energia, do grupo Camargo Corrêa, controle também as empresas Neoenergia e Brasileira; e a Cemig, do governo mineiro, compre a Ampla Energia, é vista como positiva pela maioria dos analistas e por especialistas do setor.

A CPFL possui oito empresas de distribuição de energia, a maioria no Estado de São Paulo, o mais rico do país, representando 13,3 por cento do mercado nacional. Em geração de energia, a companhia possui 19 pequenas usinas hidrelétricas e 1 termelétrica, todas em território paulista.

A CPFL tem entre os principais sócios, além da Camargo Corrêa, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, Previ, que também está no bloco de controle da Neoenergia. Esta última, por sua vez, conta ainda com a espanhola Iberdrola e o próprio BB entre os sócios.

"A CPFL tem 13 por cento do mercado de distribuição e é a maior do país. No mundo inteiro o setor é mais concentrado", disse o chefe do Departamento de Pesquisa da Raymond James na América Latina e responsável pelo acompanhamento do setor elétrico, Ricardo Cavanagh.

De acordo com ele, o setor de distribuição de energia, que concentraria a grande movimentação do setor (visto que é possível que a aquisição da Neoenergia inclua apenas as distribuidoras Coelba, Cosern e Celpe, no Nordeste), sofre forte pressão do governo para oferecer cada vez mais eficiência com tarifas mais baixas.

Mas se a incorporação da Neoenergia é vista como certa e fácil, a eventual compra da Brasileira, hoje controlada pela norte-americana AES Corp, é um pouco mais complicada.

Um acordo de acionistas prevê que a AES tenha o direito de preferência caso uma das partes no bloco de controle, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aliene suas ações nas distribuidoras AES Sul e AES Eletropaulo e na geradora AES Tietê.

"Por isso, a Brasileira sairia muito mais cara para a Camargo Corrêa", observou Cavanagh.

Para o analista Ricardo Correa, da Ativa Corretora, a AES Corp só não exerceria seu direito de preferência se a CPFL fizer uma proposta alta. "E isso prejudicará os acionistas, visto que o pagamento pode comprometer o ganho de sinergias", afirmou Correa.

Segundo recentes reportagens na imprensa, o governo ajudaria na compra da Brasileira pela CPFL por meio do BNDESPar, unidade de participações do BNDES e que teria uma fatia do negócio.

Procuradas pela Reuters, Neoenergia, Camargo Corrêa e AES no Brasil afirmaram que não iriam se pronunciar sobre o assunto.

CEMIG CONSOLIDA E ESTATIZA

Com 12 por cento do mercado brasileiro de distribuição, a estatal mineira Cemig é formada por 49 empresas e 10 consórcios e atua em geração, transmissão e distribuição de energia e soluções energéticas.

Em dezembro de 2009, a companhia anunciou a assinatura de contratos para promover uma reestruturação no bloco de controle da Light, do Rio de Janeiro. A companhia criou uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que terá até 26,06 por cento de participação, enquanto sua fatia direta na Light será mantida em 13,03 por cento.

Além disso, o mercado já dá como certo um novo passo da Cemig: a aquisição da Ampla Energia, do interior fluminense.

O analista Correa, da Ativa, vê com desconfiança o movimento, por acreditar que a Light, braço privado da Cemig, seria o veículo usado para comprar a Ampla --o que poderia acarretar em prejuízo para os acionistas da Light a depender dos termos da operação.

Sua posição sobre a consolidação difere da de outros especialistas. Para ele, o aumento da presença de instituições como Previ e BNDES no capital de empresas elétricas significa reestatização.

"No setor elétrico, a participação do Estado é muito grande, e o seu crescimento não poderia ser pior. A função do Estado é regular e ser coadjuvante", defendeu o analista.

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nivalde de Castro, está ocorrendo uma expansão da parceria entre os setores público e privado no setor de energia, com a formação de grandes grupos.

"O marco regulatório no Brasil é sólido e não há risco de que o poder econômico se transforme em poder político", disse. "Esta estratégia dá mais segurança e atrai investimentos."

O analista Rafael Quintanilha, da Brascan Corretora, espera por anúncios de novas aquisições no setor elétrico, principalmente de distribuidoras das regiões Norte e Nordeste. "O Brasil possui 64 distribuidoras, uma para cada área de concessão. Essas áreas não podem ser unificadas, mas os grupos que as controlam, sim."